A CRESCENTE PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS AO BRASIL

André Mendes Pini[1]

RESUMO

O pujante crescimento econômico chinês é o eixo norteador de sua inserção internacional, principalmente no que se refere à manutenção de sua influência sobre a Ásia e a África. A região da América Latina e Caribe, por sua vez, tem sido vista por Pequim ao longo das últimas décadas como uma parceira complementar, de acordo com a estratégia chinesa de diversificação de suas parcerias. O artigo analisa se o padrão das relações sino-latinas, majoritariamente focadas no âmbito comercial, vem sofrendo uma inflexão ao longo dos últimos anos, com a crescente influência política chinesa na região. Avalia-se a hipótese de que essa possível inflexão é catalisada não somente devido ao potencial econômico do gigante asiático, como também devido ao declínio relativo da inserção internacional brasileira nos últimos anos, que abriu espaço para a penetração da influência chinesa. Conclui-se que os padrões que balizam as relações atuais da China com a América Latina e o Caribe são bastante heterogêneas e são, ainda, sobrepujadas pelas relações com os Estados Unidos, tornando Pequim cautelosa com relação a inflexões políticas de perfil mais elevado. No tocante ao Brasil, as relações com a China impõem tanto ameaças quanto oportunidades, no entanto, o declínio relativo da política externa brasileira determina que os aspectos negativos relativos às ameaças são potencializados, enquanto as oportunidades tendem a se diluir.

Palavras-chave: China; desafios; Brasil; América Latina; Caribe.

THE GROWING PRESENCE OF CHINA IN LATIN AMERICA: CHALLENGES TO BRAZIL

ABSTRACT

The booming Chinese economic growth is the guiding principle of its international insertion, especially with regard to maintaining its influence on Asia and Africa. The Latin America and the Caribbean, in turn, has been seen by Beijing over the past decades as complementary partners, according to the Chinese strategy of diversifying its partnerships. This article analyzes if the pattern of Sino-Latin relations mainly focused on the commercial sector is undergoing a shift over the past few years with China's growing political influence in the region. The article assesses further the hypothesis that this inflection is possibly catalyzed not only because of the economic potential of China, but also due to the relative decline of the Brazilian foreign policy active patterns in recent years, which may have paved the way for the growing Chinese influence. Hence, it is concluded that the standards that guide the current relations of China with Latin America and the Caribbean are quite heterogeneous, and are still overwhelmed by the relations with the US, making Beijing cautious about high profile political inflections. With regard to Brazil, relations with China pose both threats and opportunities, however the relative decline Brazilian foreign policy has shown recently determines that the negative aspects of the threats are enhanced while the opportunities tend to blur.

Keywords: China; challenges; Brazil; Latin America; Caribbean.

JEL: F50, F59.

1. Mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Centro Universitário Senac.

1 INTRODUÇÃO

As relações entre a China e a América Latina ganharam novo capítulo no primeiro bimestre de 2015 com a consolidação da proposta chinesa de reunir-se junto aos 33 países da América Latina e Caribe na reunião ministerial do foro Celac-China, em Pequim. A Reunião Ministerial é fruto da cúpula da comunidade de estados latino-americanos e caribenhos realizada em Havana, em janeiro de 2014, tendo sido ratificada seis meses depois durante a cúpula de Brasília.

Embora a China seja um membro observador da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde 2004, a opção pela aproximação à região latino-americana por meio da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) – organização regional que exclui os Estados Unidos da América e o Canadá – suscita a reflexão acerca da possibilidade da inflexão das relações chinesas com a América Latina, majoritariamente pautada por relações econômicas e comerciais, e a transição para uma postura de inclusão e desenvolvimento de temáticas políticas na agenda bilateral, até então pouco presente devido à cordialidade explícita com os Estados Unidos e sua influência na região.

Concomitantemente, percebe-se uma inflexão da administração do presidente Obama na condução das relações com a América Latina, capitaneada pela redefinição dos padrões de relação com Cuba, tema historicamente sensível à região e que por décadas suscitou uma postura cautelosa dos países latino-americanos e caribenhos com seu vizinho do Norte. O redimensionamento da política externa norte-americana e a crescente atenção chinesa à região são indícios da crescente importância que a América Latina e o Caribe vêm adquirindo na agenda política global. No entanto, com vistas às diretrizes e limites impostos, o foco do presente estudo será a avaliação da política chinesa na região e os desafios que ela implica ao Brasil.

No que se refere ao Brasil, avalia-se o grau de influência do chamado "declínio relativo" da política externa brasileira nos últimos cinco anos como elemento catalisador do aprofundamento dos laços políticos chineses com a América Latina e o Caribe, e pontuam-se os principais desafios enfrentados pelo país com a perda de espaço no campo econômico, comercial e político para a China.

2 A ASCENSÃO DA CHINA

A trajetória histórica da China contemporânea é balizada por momentos de ascensão e declínio, e sua compreensão torna-se fundamental para analisar de maneira aprofundada a inserção internacional chinesa atualmente. Ao longo de dezoito séculos, a China foi a economia mais produtiva do mundo – responsável por uma parcela do produto interno bruto (PIB) mundial total maior do que todas as sociedades ocidentais somadas no período – além de ser a região de comércio global mais populosa. Essas características autossuficientes redundaram em um auto grau de isolamento perante o restante do mundo, caracterizado por ciclos sucessivos de abertura e fechamento de sua sociedade (Kissinger, 2012). A Revolução Maoísta em 1949 determinaria o início do último ciclo de fechamento do país, que findaria somente na década de 1970, quando Deng Xiaoping assumiu a liderança do Partido Comunista Chinês, e implementou reformas no campo econômico, criando o modelo cunhado "Socialismo de Mercado", que implicava a modernização da economia chinesa e sua integração ao sistema produtivo global.

A abertura econômica promovida na década de 1970 contrastou com a ausência de reformas políticas, e esse modelo híbrido seria o responsável pela reinserção chinesa como potência no cenário internacional,

marcado, principalmente, por seu crescimento médio de 16,0% entre 1978 e 2013 e por sua consolidação como um *global player* no comércio internacional a partir da adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (Kissinger, 2012).

Denota-se que "a integração chinesa ao sistema internacional tem se dado de modo gradual desde a liderança de Deng Xiaoping e, consolidou-se especialmente após a Guerra Fria" (Pautasso, 2011). A China contemporânea representa 8% do comércio global, frente ao menos de 1,0% que representava na década de 1980, além de ser a maior exportadora global desde 2009, quando superou a Alemanha (Jenkins, 2015). O gigante asiático representou ainda 12,8% de todo crescimento global, entre 1995 e 2004, e projeções apontam que, para o período de 2005 a 2020, o crescimento chinês representará 15,8% (Winters e Yusuf, 2007).

Com efeito, desde a década de 1990, a política externa chinesa passou a fortalecer sua atuação multilateral, tornando-se mais assertiva e pragmática. Apesar da postura crítica chinesa acerca das assimetrias de poder do sistema internacional, o país percebeu que ao aderir aos regimes internacionais vigentes também poderia atuar no sentido de restringir a atuação do Ocidente e evitar seu isolamento, assim como equilibrar a ordem mundial, por meio da aproximação com outros países do Sul. Nesse sentido, "os contextos da transição sistêmica são caracterizados pelo rearranjo de forças no sistema internacional, o que se desdobra na abertura de espaços para países emergentes" (Pautasso, 2011).

O *soft power* é o instrumento chinês para mitigar a ideia de "ameaça chinesa", consolidando sua estratégia de "*peaceful rise*", que evidencia tanto a ambição chinesa de consolidar o desenvolvimento interno quanto de ser protagonista nos fóruns internacionais, sem abandonar a vertente pacífica desse projeto. Evidencia-se, nesse sentido, que a China é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial, devido a sua demografia, continentalidade, poderio militar, capacidade nuclear, tecnologia aeroespacial e de mísseis, além de ser membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (Visentini, 2011).

Percebe-se, portanto, que a China, à medida em que se insere em âmbito regional, ao mesmo tempo integra-se plenamente à economia global e aos regimes multilaterais internacionais, legitimada pelo aumento sucessivo de suas capacidades materiais. De acordo com Pautasso:

> Esse maior envolvimento na política e nos negócios internacionais vem acompanhado de uma maior autonomia na capacidade de formulação de sua estratégia internacional. (...) Paralelamente, o governo chinês atua para liderar os países do Sul, visando a mudanças e/ou resistência frente assimetrias da ordem mundial. O fato é que a China tem buscado um espaço próprio, reafirmando-se como alternativa ao Ocidente para os países periféricos, na medida em que defende um modelo de interação internacional baseado nos ganhos mútuos (Pautasso, 2011).

Nesse sentido, Pequim busca coordenar pragmaticamente suas relações com os países em desenvolvimento utilizando-se principalmente de seus imensos recursos econômicos, por meio do comércio e de investimentos não condicionados, a quaisquer contrapartidas políticas e financeiras – diferentemente das práticas institucionalizadas por países desenvolvidos e organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que condicionam o acesso a aportes financeiros e recursos econômicos à aplicação da cartilha neoliberal – recebendo em troca o acesso a matérias-primas essenciais à sustentação de sua robusta taxa de crescimento, assim como recursos energéticos dos quais depende, como petróleo[1]. Nesse sentindo,

destaca-se o fato de os empréstimos chineses à América Latina já superarem aqueles vindos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Dosch e Dosch, 2015).

Para que se possa analisar de maneira aprofundada a inserção chinesa na América Latina e no Caribe, é válido o sucinto estabelecimento das diretrizes da presença chinesa em outras regiões do globo compostas por países emergentes. O componente energético materializado no acesso ao petróleo é a base de sustentação da inserção chinesa na África, figurando Angola e Nigéria entre seus maiores fornecedores globais de petróleo, em uma relação consolidada com base no isolamento internacional imposto pelo Ocidente à RPC, após os eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial no início dos anos 1990. "A África então passa a ser um ator importante na inserção internacional chinesa, com países se tornando grandes aliados e com o mesmo objetivo de obter desenvolvimento" (Visentini, 2011).

Do ponto de vista africano, as relações com a China e a mitigação que ela propicia da dependência do continente com a Europa podem ser compreendidas como a continuidade de sua descolonização, agora econômica (Visentini, 2011). Por sua vez, no Sudeste Asiático, a China exerce, de fato, uma liderança pragmática, utilizando-se do "estreitamento dos laços de interdependência econômica assimétrica e da ação efetiva em momentos de crise, estabelecendo uma liderança responsável, com a utilização de recursos de *soft power* e influência sociocultural", consolidando nas últimas décadas "uma ordem regional de cunho sinocêntrico" (Becard, 2011).

A pujança econômica chinesa é seu principal elemento de inserção internacional, sendo o efeito gravitacional que ela gera sua principal ferramenta de política externa (Pautasso, 2011). No entanto, os impactos do crescimento chinês geram dúvidas não somente aos países desenvolvidos, que veem na ascensão chinesa os indícios de seu declínio, como também aos países em desenvolvimento, que buscam compreender os desafios e oportunidades que essa transição sistêmica pode representar e em quais frentes Pequim é uma aliada ou uma concorrente potencial.

3 RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Uma vez pontuados os eixos que determinam a trajetória de desenvolvimento chinesa e sua estratégia perante os países emergentes, exemplificada brevemente com relação ao Sudeste Asiático e a África, deve-se buscar compreender não somente a maneira pela qual as relações de Pequim com a América Latina são determinadas, tendo em vista as características coletivas da relação com a região, como também os traços específicos de diferenciação no tratamento dado pela China aos países da região, com base na constatação que essas relações, na verdade, se dão de maneira heterogênea (Lamus, 2015; Leiteritz, 2015; Dosch e Dosch, 2015; Jenkins, 2015).

A análise dos impactos do crescimento chinês nos países em desenvolvimento ganhou força a partir da adesão de Pequim à OMC, em 2001. Na América Latina, Costa Rica, Chile e Peru têm acordos de livre-comércio com a China e Venezuela, México, Argentina e Brasil possuem acordo de "parceria estratégica" com Pequim. No entanto, quando analisadas as relações da China com os países latino-americanos e caribenhos, diferentes metodologias são utilizadas para determinar suas distintas nuances. Leiteritz insere essas diferenças no âmbito da projeção internacional chinesa em escala global:

> *China differentiates its political interest's vis-à-vis Latin American countries in terms of their potential influence on global governance issues. Relations with countries that might serve as important allies in the pursuit of Chinese interests in restructuring global institutions are different to those with countries where economic interests dominate the agenda* (Leiteritz, 2015).

Autores como Leon-Manriquez e Jenkins apontam duas trajetórias distintas entre países da América Latina e o Caribe na sua relação com a China. Primeiramente, são destacados aqueles que se beneficiaram do crescimento chinês na última década por apresentarem economias complementares, fornecendo matéria-prima e recursos naturais a Pequim, basicamente países da América do Sul como Chile, Brasil e Argentina. Posteriormente pontua-se os que viram a China tornar-se um concorrente potencial e, em certa medida, desleal na disputa por mercados em comum, que é o caso do México e sua disputa com a China pelo mercado norte-americano. Nesse sentido, enquanto as relações com os países fornecedores de matérias-primas há relação de complementaridade no desenvolvimento, com o México há concorrência explícita, evidenciando que, do ponto de vista subrregional, as relações com a China são mais benéficas à América do Sul do que à América Latina (Leon-Manríquez e Alvarez, 2014; Jenkins, 2015).

Ao se ampliar o escopo de análise de forma a enquadrar as relações da China com a América Latina e o Caribe como um todo, pode-se dizer que há um perfil discreto, embora dinâmico (Leon-Manríquez e Alvarez, 2014). Percebe-se que as relações de Pequim com a região são fortemente pautadas pela ideia de "diversificação" das parcerias chinesas, tendo a América Latina figuração coadjuvante perante a diversificada pauta de relações comerciais e financeiras do gigante asiático, o que determina um padrão bastante assimétrico nas relações América Latina e Caribe-China. Embora o governo chinês tenha lançado em 2008 o documento intitulado "*China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*", tornando a região a terceira a receber um documento específico com os planos de investimento e comércio do governo chinês, a análise empírica de indicadores econômicos e comerciais evidencia os padrões da assimetria nas relações entre Pequim e a região latino-americana e caribenha.

Em que pese a posição de principal parceira comercial que a China ostenta perante importantes países da região como Brasil, Argentina e Chile; a América Latina e o Caribe representam somente 6% das importações chinesas e 4,7% das exportações (Leiteritz, 2015).

O que não se pode perder de vista na relação da China com a América Latina é o elemento relativo a sua política doméstica e a um objetivo estratégico da inserção internacional chinesa: o reconhecimento da política de "uma só China". A América Latina e o Caribe comportam doze dos 22 países que reconhecem Taiwan em detrimento da República Popular da China (Panamá, Paraguai, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala, Belize, República Dominicana, Haiti, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas e Santa Lucia) o que atribui à região um elemento estratégico valiosíssimo para a histórica ambição do partido comunista da China de anexar Taiwan e unificar o país (Pini, 2015). Com efeito, os países que não reconhecem Pequim são excluídos dos grandes projetos de investimento chineses para a região, previstos para a casa dos US$ 250 bilhões nos próximos dez anos, de acordo com o "Plano de Cooperação para o quadriênio 2015-2019".

A compreensão do papel que os Estados Unidos da América exercem nas relações políticas da China com a América Latina e o Caribe também é essencial para o estabelecimento da presente análise. Historicamente a China adotou postura cautelosa quanto ao estabelecimento de iniciativas políticas mais próximas à região, de forma a não melindrar os Estados Unidos, que consideram a região sua esfera de influência natural. Segundo Zhiwei:

> O crescimento do comércio China-América Latina nos anos 2000 rendeu frutos positivos "em termos de diminuição da dependência comercial dos Estados Unidos e da Europa. Isso poderia ser considerado uma grande contribuição da relação China-América Latina para a região latino-americana".

> De fato, para alguns países, a relação com a China ajuda a diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos ao mesmo tempo em que oferece maiores possibilidades de barganha na relação com Washington (Zhiwei, 2012).

No entanto, o perene crescimento econômico chinês e sua política de inserção global naturalmente impulsionam as relações políticas entre Pequim e a região latino-americana e caribenha. É patente que as relações com os Estados Unidos são mais importantes para a China do que quaisquer países latino-americanos ou caribenhos individualmente, mas justamente por esse motivo que a busca pela aproximação da China com a região acontece de maneira coletiva, como evidencia a criação do fórum Celac-China em janeiro de 2015.

A América Latina e o Caribe são regiões que não são prioritárias na agenda bilateral Estados Unidos-China, como evidencia Leon-Manriquez, "*Such issues as the U.S. trade deficit with the PRC, Chinese increasing military expenditure and differences in regional conflicts (Iran, Iraq, North Korea) are more salient in the bilateral agenda*." (Leon-Manriquez e Alvarez, 2014). Nesse sentido, justamente os interesses econômicos e comerciais chineses tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina e Caribe são os elementos que conduzem Pequim a optar por manter suas relações com a região estáveis, evitando atritos no campo político (Jenkins, 2015). Embora a recente inflexão da política norte-americana perante a América Latina e o Caribe, evidenciada na aproximação a Cuba, e a busca pela formação de uma iniciativa institucionalizada por parte da China no fórum junto à Celac, sejam indícios de que a região vem adquirindo maior grau de importância no panorama global, principalmente no âmbito comercial – a partir da perspectiva de ampliação da capacidade do canal do Panamá e da construção do canal da Nicarágua.

O que se deve ressaltar, portanto, é que há a necessidade de os Estados Unidos reavaliarem sua presença na região para readquirir o prestígio perdido após décadas de negligência e imposição de agendas econômicas baseadas no livre comércio, democracia e privatizações; com efeito, as relações com a América Latina crescerão, de fato, mas continuarão marginais perante a relação bilateral Estados Unidos-China (Leon-Manriquez e Alvarez, 2014). De fato, conclui-se que a parceria China-América Latina e Caribe não segue um padrão homogêneo, sendo que autores, como Lamus, argumentam que a China chega a incentivar que os países da região estabeleçam competição entre si para adentrar o mercado chinês (Lamus, 2015). Ademais, a importância dos recursos naturais, energéticos e *commodities* agrícolas dos países da América Latina e Caribe para a China não deve ser superestimada. De acordo com o Phillips, "a América Latina constitui apenas parte do foco da estratégia chinesa em relação ao suprimento de energia, muito menor em comparação com outras regiões como a África ou o Oriente Médio" (Phillips, 2010). Ou seja, "para a China, o engajamento com os países da região é um aspecto que contribui para o seu desenvolvimento doméstico, mas não é essencial para garanti-lo, sendo essa uma das razões de a região não ser uma prioridade absoluta" (Ribeiro e Junior, 2013). Deve-se ter em conta, todavia, que as relações econômicas entre América Latina e Caribe e China não devem ser superestimadas nas duas vias, uma vez que as relações com os Estados Unidos e a União Europeia ainda configuram maior relevância a ambos os lados (Jenkins, 2015).

4 DESAFIOS AO BRASIL

Delinear as distintas nuances que a crescente presença chinesa na América Latina e no Caribe configuram ao Brasil, requer um esforço amplo e ao mesmo tempo integrado. A compreensão da China tanto como um parceiro potencial quanto como uma ameaça imediata expõe as distintas faces

da corrente ordem multipolar e dos diversos tabuleiros interconectados que a política internacional oferece aos *players* globais.

Considerada uma "parceria estratégica" pelo Brasil desde o governo Itamar Franco, as relações bilaterais com a China consolidar-se-iam apenas durante o governo Lula, "oriunda de uma combinação do crescimento extraordinário do fluxo de comércio e investimentos entre os dois países, com a nova prioridade atribuída pelo governo às relações Sul-Sul e, de maneira especial, com os demais países chamados emergentes" (Ribeiro e Junior, 2013). Tanto as relações na esfera econômica quanto as na esfera política tornar-se-iam robustas ao longo da década de 2000, materializando-se em crescentes fluxos de comércio e investimentos – que se provariam extremamente benéficos a ambos os países, principalmente no fornecimento brasileiro à China dos *commodities* agrícolas e recursos naturais e energéticos essenciais a seu crescimento, e, em contrapartida, na injeção de recursos financeiros e monetários essenciais para que o Brasil financiasse seu modelo de desenvolvimento social e econômico – assim como arranjos internacionais importantes, relativos aos esforços recíprocos de multilateralização dos foros globais e universalização das parcerias globais, como o Brics e o G20 Comercial. Nesse sentido, há autores que classificam o Brasil como um "aliado político crucial à China" (Leiteritz, 2015), assim como um "parceiro cooperativo amigável" (Dosch e Dosch, 2015).

Por outro lado, a China vem representando o papel de crescente concorrente ao Brasil, tanto na esfera comercial quanto, mais recentemente, no campo político, o que fica evidenciado nas relações de ambos os países com a região da América Latina e, principalmente, nos vizinhos mais próximos da América do Sul. Essa crescente influência chinesa vem sendo potencializada tanto pelo vácuo de poder deixado na região por Rússia e Estados Unidos da América desde o final da Guerra Fria (Dosch e Dosch, 2015; Leon-Manriquez e Alvarez, 2014) quanto pelo Brasil, abalado pela trajetória declinante da taxa de crescimento de sua economia ao longo do governo Dilma Roussef, cuja média de 2011 a 2014 foi de apenas 1,5%. O malogro econômico refletiu na postura que a política externa brasileira adotou sob a batuta da Presidenta Dilma, denominada por Cervo e Lessa como um "declínio relativo", evidenciado após oito anos de uma presença externa "ativa e altiva", que havia alçado o Brasil à condição de potência emergente, sob a égide do chanceler Celso Amorim ao longo do governo Lula (Cervo e Lessa, 2014).

A conjuntura política e econômica global ao final da década de 2000 demonstrara o protagonismo do projeto de inserção internacional brasileiro na região latino-americana. A recorrente negligência norte-americana à região contrastava com o projeto de liderança regional brasileiro, potencializado pelo crescimento econômico brasileiro e pela ascensão de governos progressistas na região, após um grave período de decadência, provocado pelas reformas neoliberais de anos anteriores. O Brasil consolidava-se como o paradigma de um projeto de desenvolvimento econômico e social bem-sucedido, oferecendo não somente o exemplo, mas também recursos materiais para colaborar com o desenvolvimento da região, principalmente por meio de financiamentos a projetos de infraestrutura e facilitação comercial do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), bem como projetos de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação. Com efeito, o declínio da inserção internacional do Brasil nos últimos anos teve impactos diretos nos projetos brasileiros, que se tornaram escassos e pouco dinâmicos. A inatividade do país refletiu na imediata ascensão de projetos de cooperação e financiamento chineses, como evidenciam, por exemplo, as obras das represas "Nestor Kirchner" e "Jorge Capernic" sobre o rio Santa Cruz, e a ferrovia "Sarmiento", todos inicialmente vinculados à Camargo Correa na Argentina e com financiamento do BNDES,

mas que foram substituídos por empresas e recursos chineses da empresa Ghezouba e da corporação de desenvolvimento chinesa após o não cumprimento dos compromissos assumidos pelas partes brasileiras (Actis, 2015).

Sobre o processo de transição do eixo de influência brasileiro na região para o chinês, Actis ressalta que:

> *El corrimiento del eje de Brasilia a Pekín que vienen experimentando muchos de los países de la región también tiene una explicación multicausal. En primer lugar, el gigante asiático parece decidido a jugar activamente su rol de gran acreedor internacional. En un escenario de fragilidad externa para muchas de las naciones sudamericanas producto de la caída de las principales commodities, la abultada billetera china aparece como la gran fuente de financiamiento. Motivo por el cual, el mayor involucramiento político de China en la región está acompañado y respaldado por sus recursos económicos de poder, los cuales, ejercen mayor atracción que los que puede ofrecer Brasilia. De forma paralela, el primer gobierno de Dilma Rousseff estuvo signado por una retracción relativa en el ejercicio del liderazgo regional, en comparación con los gobiernos de Lula (*Actis, 2015).

Da mesma maneira que a China potencializou o crescimento brasileiro ao longo do governo Lula, principalmente pela alta demanda por *commodities* – que redundavam no aumento do preço internacional desses bens – colaborando para a inserção internacional brasileira, o declínio brasileiro também é potencializado pela conjuntura política chinesa de ampliação de seu mercado interno – evidenciada em seu 12º Plano Quinquenal – o que reflete em indicadores econômicos e comerciais que evidenciam o desafio que a China representa ao Brasil. Em 2007, as importações da América do Sul advinham 14,8% do Brasil e 10,0% da China, dados que se alteraram substancialmente em 2013, quando a participação brasileira caiu para 11,2% e a chinesa saltou para 17,4% (Actis, 2015).

Em termos latino-americanos, a participação chinesa em projetos de cooperação em infraestrutura cresceu 700,0% entre 2003 e 2013, e o comércio bilateral cresceu dez vezes no mesmo período, chegando a U$ 242 bilhões. Em maio de 2015, Pequim anunciou na reunião do foro Celac-China a pretensão de investir mais U$ 250 bilhões na América Latina e no Caribe até 2025, intensificando ainda mais sua presença na região. Carmo e Pecequilo evidenciam também desafios ao Brasil perante a presença chinesa na América do Sul:

> Na América do Sul, região na qual o Brasil detém forte presença geopolítica e geoeconômica, (...) os avanços chineses têm representado um importante desafio político e econômico. A desproporção entre os recursos chineses e brasileiros gera uma forte penetração chinesa em parceiros estratégicos como a Venezuela (...). Com isso, ao reforçarem seus espaços com a China, os países sul-americanos tendem a distanciar-se do Brasil. As dificuldades da política externa brasileira em assumir fortes compromissos com a institucionalização da integração e o dispêndio de recursos (mesmo que em proporção menor do que a chinesa) é outro fator que enfraquece a posição brasileira (Pecequilo e Carmo, 2013).

As trocas comerciais entre Brasil e China também chamam a atenção para o padrão assimétrico que representa os intercâmbios comerciais em escala regional, em uma lógica evidentemente norte-sul. Para Brasil, Chile, Argentina e Peru, as exportações de matérias-primas e alimentos para a China, ao mesmo tempo em que contribuem para a geração de superávits comerciais, geram preocupação na medida em que há uma evidente assimetria qualitativa nessas trocas. No caso do Brasil, essa assimetria constitui-se também como mais um evidente desafio ao país, como demonstram Mortatti, Miranda e Bacchi:

> A questão é que (esse padrão comercial) pode também gerar novas formas de dependência, de tipo centro-periferia, já que a pauta exportadora para o país asiático é composta principalmente de commodities agrícolas e minerais, o que em muitos casos não é diferente do intercâmbio comercial com os Estados Unidos. (...) No caso do Brasil,

os principais produtos exportados são: minério de ferro, petróleo, soja, açúcar e pastas químicas de madeira, representando 86% do total exportado para a China em 2011, enquanto que as importações se concentram em equipamentos industrializados e manufaturados (Mortatti, Miranda e Bacchi, 2011).

Com efeito, percebe-se que a China, ao mesmo tempo que estabelece relações comerciais assimétricas com o Brasil, está aumentando a participação nas importações da região latino-americana, o que se configura como mais um desafio do ponto de vista brasileira, tendo em vista que o mercado latino-americano historicamente é um destino que absorve a produção brasileira de manufaturados. Portanto, a China além de demandar apenas produtos primários do Brasil, ainda representa forte concorrência no tocante a bens industrializados em mercados importantes ao país.

5 CONCLUSÃO

Assim como há dúvidas quanto aos impactos globais do crescimento chinês, há a crescente preocupação acerca de seu impacto no mundo em desenvolvimento. Ao se analisar as relações da China com a América Latina e o Caribe, deve-se ressaltar, primeiramente, que embora haja um planejamento do governo chinês, esboçado no *"China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*" de 2008, as relações de fato ocorrem de maneira bastante heterogênea, evidenciando a necessidade de segmentar os diferentes padrões que Pequim estabelece.

No âmbito sul-americano, as relações acontecem majoritariamente por meio da complementaridade que existe entre os países da região e as demandas chinesas, outorgando a essa relação um padrão comercial pujante, mas que evidencia lógicas perigosas de relações padrão centro-periferia. No tocante à região caribenha, percebe-se um crescente interesse chinês devido a sua estratégia internacional de diversificação e das oportunidades que a região vem apresentando de se tornar uma rota comercial mais dinâmica. Outro aspecto da política chinesa para a América Latina está vinculado à política de reconhecimento de Pequim em detrimento de Taipei, resultando em volumosos investimentos em infraestrutura condicionados ao reconhecimento da República Popular da China.

É patente que as relações chinesas com a América Latina e o Caribe ocorrem, majoritariamente, no âmbito comercial e econômico e, ainda, estão longe de representar prioridade perante regiões como os Estados Unidos, a Europa e a própria Ásia, tornando Pequim cautelosa na tentativa de não provocar eventuais melindres norte-americanos quanto a sua aproximação à região latino-americana e caribenha. Portanto, embora seja cedo para se afirmar que há de fato uma inflexão da inserção chinesa voltada ao adensamento de sua influência política na América Latina e no Caribe, é notável sua busca por autonomia perante à influência norte-americana nessas relações, como demonstra a iniciativa chinesa de criar o foro Celac-China.

Do ponto de vista brasileiro, a relação bilateral com a China fortalece-se a partir dos anos 2000 e da perspectiva mútua de fortalecimento da multipolaridade no sistema internacional. A China desempenhou papel importante para o Brasil ao longo da crise de 2008, oferecendo os incentivos econômicos que o país precisava para se recuperar. No entanto, isso não quer dizer que os vínculos são mais estreitos agora com a China do que com os Estados Unidos. Na perspectiva da China, a relação com o Brasil situa-se nos esforços de universalização de sua inserção internacional, de conquista de novos mercados e de suprimento de recursos naturais, energéticos e de *commodities* agrícolas. De todo modo, ao se analisar a relação Brasília-Pequim, é importante salientar que a China é muito mais importante para o Brasil, do que o contrário.

No que se refere aos desafios do Brasil perante a crescente influência chinesa, a análise insere-se no padrão regional que a relação com a China impõe, delimitando tanto ameaças quanto oportunidades. Com efeito, o declínio relativo da política externa brasileira determina que os aspectos negativos relativos às ameaças são potencializados – com o Brasil perdendo espaço para Pequim em diversas áreas tanto comerciais quanto de investimentos e cooperação – enquanto as oportunidades tendem a se diluir devido ao perfil negligente e hibernante da inserção internacional do governo Roussef. É necessário equacionar a parceria com a China, diluindo as assimetrias comerciais e consolidando as iniciativas políticas conjuntas, como aquelas vinculadas ao Brics. Com efeito, deve-se solidificar a cordialidade das relações bilaterais e delinear os eixos que orientarão a "parceria estratégica" nas próximas décadas, uma vez que o Brasil e a China tendem a ter uma relação competitiva no médio e longo prazo, na medida em que aumentem suas presenças na América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS

ACTIS, E. De Brasília a Pekín. **La Nación**. Disponível em: <http://goo.gl/Vbbv7Y>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BACA, S. M. (ed.) La expansión de China en América Latina. *In*: DOSCH, J.; DOSCH, A.L.S. **China's growing influence in Latin America: the quest for resources and power**. 1. ed. Quito: Gráficas V&M, 2015. p. 53-71.

_____. La expansión de China en América Latina. *In*: JENKINS, R. **La expansión global de China y su impacto en América Latina**. 1. ed. Quito: Gráficas V&M, 2015. p. 13-45.

_____. La expansión de China en América Latina. *In*: LAMUS, F. **Smart Power y la política exterior de la República Popular de China hacia América Latina**. 1. ed. Quito: Gráficas V&M, 2015. p. 101-124.

_____. La expansión de China en América Latina. *In*: LEITERITZ, R. **China and Latin America: a marriage made in heaven?** 1. ed. Quito: Gráficas V&M, 2015. p. 101-124.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p. 105-130. Curitiba, 2011.

CERVO, A.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Disponível em: <http://goo.gl/DPmvxo>. Acesso em: 14 jun. 2015.

FAIRBANK, J. K. **China**: a new history. Cambridge: Harvard University Press, 2006

GOLDSTEIN, A. **China's emerging grand strategy**: a neo-bismarckian turn? International Relations Theory and the Asia-Pacific. New York: Columbia University, 2003.

HURRELL, A. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? *In*: HURRELL, A. *et al*. (Orgs.) **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IKENBERRY, J. A ascensão da China e o futuro do Ocidente: o sistema liberal sobreviverá? *In*: SPEKTOR, M.; NEDAL, D. (Orgs.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Nova Iorque: Penguin, 2012.

LYRIO, M. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: Funag, 2010.

MORTATTI, C. M.; MIRANDA, S. H.; BACCHI, M. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 311-335, 2011.

PAUTASSO, D. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, Curitiba, 2011

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. **A ascensão da China, o sistema internacional e as relações Sul-Sul**. Disponível em: <http://goo.gl/9YNrX5>. Acesso em: 14 jun. 2015.

PHILLIPS, N. China and Latin America: development challenges and geopolitical dilemmas. *In*: DITTMER, Lowell; YU, George T. (Ed.). **China, the developing world and the new global dynamic**. Colorado, 2010.

PINTO, P. A. P. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, n. 2, p. 70-85. Brasília, 2005.

RIBEIRO, P. F.; JUNIOR, H. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. **Revista Carta Internacional**, v. 8, n. 1. Brasília, 2013.

VADEL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p 57-79. Curitiba, 2011.

VISENTINI, P. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p. 131-141. Curitiba, 2011.

WINTERS, A.; YUSUF. **Dancing with giants**: China, India and the global economy. Washington, 2007.

ZHIWEI, Z. 2012. A relação sino-América Latina na transformação da ordem mundial: identidade, potencial e perspectivas. *In*: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Eds.). **China e América Latina**: a geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.